

LAZER E ENTRETENIMENTO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS

Fernanda Travassos de Castro (1), Renato Pazos Vazquez (2), Mariana Dantas de Almeida (3), Eduarda Ferreira da Silva (4) Guilherme Plaza Silva (5)

Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) - fertcastro@hotmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte de um projeto de extensão, que está sendo realizado por alunos do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que objetiva promover a inclusão social de crianças com deficiências físicas que estão matriculadas na rede pública de ensino do município de Seropédica-RJ, proporcionando-as atividades de lazer e entretenimento adaptadas as suas limitações. Por meio de três eventos temáticos, serão planejadas e organizadas atividades que sejam inclusivas, estimulando a motricidade e a sociabilização. O incentivo a inclusão social de crianças com deficiências em atividades de lazer e entretenimento, será proporcionada por alunos do curso técnico do CTUR, que serão treinados e preparados para proporcionar adaptações de acordo com as necessidades observadas.

Palavras-chaves: inclusão social, lazer e entretenimento, deficiência.

Introdução

As crianças com necessidades educativas especiais carecem de instrumentos adequados a sua realidade, muitas vezes, ficando o educador, sem ferramentas ou elementos adequados para programar suas atividades pedagógicas. É importante considerar e consultar estudos na área da Educação Física Adaptada, como ferramenta que auxilia na elaboração de atividades de lazer e entretenimento adaptados, o que representa um papel fundamental no desenvolvimento global do indivíduo (PEDROSA, 2010).

A escassez de equipamentos de lazer, adaptados para os com deficiência física, tem sido uma dificuldade para os mesmos, pois ordinalmente não há uma estrutura adequada que permita esse acesso, com profissionais qualificados para trabalhar e atender esse segmento, atividades diversificadas que estimule o seu prazer, entre outros. A ausência desses fatores, nas cidades turísticas, é que contribui para que a atividade turística não seja praticada por essa importante fração da população (CAVALCANTE, 2015).

É lei a inclusão da pessoa com deficiência, por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, desde 2015, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Pode-se dividir o estatuto em três grandes partes:

A primeira trata das disposições gerais e dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, como educação, transporte e saúde. Há uma série de requisitos que precisam ser cumpridos em cada uma dessas esferas, como por exemplo:

Acesso universal e igualitário à saúde para as pessoas com deficiência, por meio do SUS, com informações adequadas e acessíveis sobre as condições de saúde (Art. 18); Oferta de tecnologias assistivas que ampliem as habilidades dos estudantes nas escolas (Art. 18-XII) ou auxiliem nos processos seletivos e permanência nos cursos da rede pública e privada (Art. 30-IV); Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (Art. 28-XIII); O direito ao trabalho em ambientes acessíveis e inclusivos em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Art. 34).

A segunda parte fala sobre Acessibilidade e Ciência e Tecnologia, tratando do acesso à informação e à comunicação e do uso de tecnologias assistivas. Alguns exemplos são:

A obrigatoriedade da acessibilidade nos sites públicos e privados de acordo com as melhores práticas e com as diretrizes internacionais (Art. 63); A oferta de recursos de audiodescrição, legendagem e janela de Libras nas produções audiovisuais (Art. 67); O fomento do poder público ao desenvolvimento de tecnologias assistivas e sociais para aumentar a participação das pessoas com deficiência na sociedade (Art 77-§ 3º).

Por fim, a terceira parte endereça o Acesso à Justiça e o que acontece com quem infringe as demais exigências. A gente falou um pouco sobre isso nesse post sobre as multas por descumprimento das leis de acessibilidade. Apesar da existência de multas e outras punições, ainda há muitas áreas que deixam a desejar no cumprimento da lei.

O Curso Técnico em Hospedagem, por meio da disciplina de Lazer e Entretenimento, pode contribuir para a promoção da inclusão social de pessoas com deficiências físicas. A multiplicação de atividades de lazer e entretenimento voltadas para esse público é fundamental para a formação pessoal e profissional do Técnico em Hospedagem, além disso, estimula as funções motoras de pessoas com deficiências, sendo um importante trabalho de extensão.

Metodologia

O projeto de extensão está sendo realizado em escolas do ensino público do município de Seropédica, que fica a 7Km de distância do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR/UFRRJ).

O colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR, é uma instituição de ensino Básico, Técnico e Tecnológico, vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e conta com quase mil estudantes matriculados nos cinco cursos oferecidos pela instituição. Situa-se às margens da BR-465, no município de Seropédica, que é um município com uma área de 283,762 Km² e população estimada em 2014 de 82.090 habitantes (IBGE, 2014).

A adesão dos alunos com deficiência ao projeto será voluntária, os responsáveis dos alunos serão consultados e só irão participar das atividades propostas, e das entrevistas que serão realizadas pelos alunos proponentes dos projeto, os alunos que forem autorizados por seus responsáveis.

Após a realização do estudo e conhecimento das necessidades especiais dos entrevistados, serão preparados eventos temáticos com atividades de lazer e entretenimento que serão adaptados para eles.

Resultados e Discussão

Diante das crescentes demandas da necessidade de incluir as pessoas com deficiência na sociedade, o estudo foi pensado com o propósito de mostrar que as atividades de lazer e entretenimento são para todos.

A luta por uma sociedade onde todos possam usufruir de oportunidades iguais é constante. No caso do Brasil, as pessoas com deficiência são um dos grupos que levantam essa bandeira, e trabalham todos os dias para assegurar o cumprimento dos seus direitos. De acordo com a entidade “Ação Social para a Igualdade das Diferenças - ASID” uma sociedade composta por pessoas conscientes das diferenças, mas que respeitem e permitam a participação de todos nas suas rotinas sociais. Isso deverá iniciar no respeito e depois isso desdobrará na acessibilidade física e arquitetônica, na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e assim poderemos ver as pessoas com deficiência frequentando shoppings, mercados, parques, cinemas, festas, baladas e afins. Exercendo seus direitos, passando por experiências que lhe proporcionem evolução por meio de suas manifestações (ASID, 2018).

As adaptações nas atividades de lazer e entretenimento podem proporcionar e mostrar que tais atividades também são pedagogicamente inclusivas.

Segundo a ASID, uma sociedade onde a pessoa com deficiência alcance o máximo do seu potencial e utilidade, pois acredita-se que a utilidade é a manifestação das suas virtudes e que as pessoas com deficiência devem receber estímulos que incitem-nas a se desenvolverem e serem protagonistas de suas vidas. O foco é nas qualidades e não nos limites, na virtude por trás da deficiência. Sabe-se que a família é parte crucial do processo e que essa deve acreditar nas virtudes e potencial do seu filho, para que ele acredite em si e alcance seu potencial. Acreditamos que numa sociedade inclusiva as pessoas com deficiência devem exercer um ofício, independente de qual seja, que lhes proporcione utilidade (ASID, 2018).

Conclusões

Tratou-se neste estudo da importância da inclusão social para estudantes com deficiência da rede pública de ensino, por meio de atividades de lazer e entretenimento adaptadas e planejadas respeitando as limitações desses estudantes. Acredita-se que essa metodologia, poderá ser replicada em outras instituições educacionais, tendo em vista a fundamental e crescente demanda de métodos que melhorem a vida desses estudantes nas escolas. A inclusão social é uma ferramenta pedagógica crucial para o desenvolvimento da comunidade escolar.

Referências

Ação Social para a Igualdade das Diferenças – ASID. Sociedade Inclusiva. Disponível em: <https://asidbrasil.org.br/sociedade-inclusiva/>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 6 de jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 março de 2018.

CAVALCANTE, M. S. S. A importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior. 2015. 67p. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Biologia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

PEDROSA, E. R. M. Interações de crianças com deficiência no cotidiano escolar inclusivo.



2010. 83p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana.

Mackenzie – CCBS, São Paulo, 2010. Acesso em: 15/04/2018. Disponível em:
<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1757/1/Elisete%20Regina%20Morelli%20Pedrosa.pdf>